

O ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: uma análise da Associação dos camponeses 16 de junho de Mpaco, Nacala-Porto, Moçambique

AGRICULTURAL ASSOCIATIONS AS A STRATEGY FOR COMMUNITY DEVELOPMENT: an analysis of the peasants Association 16 of june from Mpaco, Nacala-Porto, Mozambique

Nanthapa César Nanthapa

Licenciado em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário, Faculdade de Geociências da Universidade Rovuma, Nampula
nanthapa50@gmail.com

Eduardo Jaime Bata

Doutor em Geografia pelo IESA, Universidade Federal de Goiás. Professor Auxiliar na Faculdade de Geociências, Universidade Rovuma, Nampula - Moçambique
eduardobata1983@gmail.com

Resumo

Em Moçambique, após a Independência Nacional em 1975, o Estado experimentou a política de socialização do campo, na qual grandes companhias de produção agrícola foram entregues à gestão do Estado, como estratégia para o desmantelamento da estrutura colonial de produção, até então vigente. O objetivo deste artigo é analisar o papel das associações agrícolas, enquanto vetores do processo do desenvolvimento comunitário. Na verdade, fora às conotações político-ideológicas, que marcaram a origem do desenvolvimento comunitário, ele representa um espaço privilegiado no qual cada povo participa no planejamento e na realização de projetos que visam elevar o padrão de suas vidas (AMMANN, 1981). A pesquisa foi construída a partir dos aportes da pesquisa qualitativa, dentre eles o reconhecimento da singularidade do sujeito, a relevância da experiência social deste (MARTILLI, 1999), bem como a revisão bibliográfica feita em livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de documentos oficiais que regulam o associativismo no país. Considerando esses pressupostos, entre fevereiro e maio de 2019, foi realizada a pesquisa de campo em Mpaco, Posto Administrativo de Mutiva, no qual foi aplicada a entrevista semiestruturada para 20 camponeses da Associação 16 de junho de Mpaco. De fato, por um lado, a adesão à associação tem um propósito comum, isto é, a busca por melhores condições de vida e, por outro lado, a Associação enquanto uma coletividade oferecem benefícios dos quais: a solidariedade, o companheirismo, a amizade, bem como a partilha de conhecimentos e técnicas de produção, visando a soberania alimentar e a obtenção da renda.

Palavras-chave: Associativismo. Camponeses. Desenvolvimento comunitário. Associação 16 de junho. Mpaco.

Abstract

In Mozambique, after National Independence in 1975, the State experienced the socialization policy of the countryside, in which large agricultural production companies were handed over to the management of the State, as a strategy for the dismantling of the colonial structure of production, until then in force. This article analyzes the role of agricultural associations, as vectors of the community development process. In fact, apart from the political-ideological connotations that marked the origin of community development, it represents a privileged place in which each people participates in planning and carrying out projects that aim to raise the standard of their lives (AMMANN, 1981). The research was built on the basis of qualitative research contributions, among them the recognition of the subject's singularity, the relevance of the subject's social experience (MARTILLI, 1999), as well as the bibliographic review made in books, scientific articles, theses and dissertations, in addition to of official documents that regulate associativism in the country. Considering these assumptions, between February and May 2019, field research was carried out in Mpaco, Administrative Post of Mutiva, in which the semi-structured interview was applied to 20 peasants of the Association June 16 of Mpaco. In fact, on the one hand, joining the association has a common purpose, that is, the search for better living conditions and, on the other hand, the Association as a community offers benefits of which: solidarity, companionship, friendship, as well as the sharing of knowledge and production techniques, aiming at food sovereignty and income generation.

Keywords: Associativism. Farmers. Community development. 16 June Association. Mpaco.

Introdução

Em Moçambique, após a Independência Nacional em 1975, o Estado experimentou a política de socialização do campo, na qual grandes Companhias de produção agrícola foram entregues à gestão do Estado, como estratégia para o desmantelamento da estrutura colonial de produção, até então vigente. Desde então, o governo de Moçambique assumiu a agricultura como a base para o desenvolvimento, cumprindo, nessa etapa, a dupla função de abatimento da indústria e dos mercados internos, bem como a articulação entre as zonas rurais e urbanas.

Buscou-se com essa política agrícola, acelerar o desenvolvimento rural, melhorando, gradualmente, as condições de vida e tornando as zonas rurais mais atrativas para as comunidades locais. Além do mais, a política de socialização do campo, cujo ápice foi a institucionalização das aldeias comunais, implementada em todo o país foi

basilar para a transformação radical das relações sociais e de produção (SERRA, 1991; JOSÉ, 2005).

A par da Educação, Saúde e de outros setores sociais, o Estado nacionalizou a terra e a declarou sua propriedade, além de ter chamado para si a gestão de todo o parque imobiliário, até então existente, transformando-o em propriedade pública. Portanto, em curto espaço de tempo o Estado era dono da grande parte das empresas mais importantes e uma parcela significativa de bens e serviços eram ofertadas pelo setor público (EGERÕ, 1992; MOSCA, 1999; BATA, 2018).

E na sequência da nova política agrária, as famílias de pequenos agricultores que viviam dispersas foram incentivadas e, com frequência obrigadas, a viverem em *aldeias comunais* (unidade territorial imediatamente inferior à localidade. A aldeia foi adotada no período da guerra de libertação nacional, cujo objetivo era responder às necessidades de produção e de guerra assente na produção coletiva e na concentração da população), como forma de facilitar, não só a provisão de serviços sociais como: a Educação, a Saúde e o abastecimento de água, mas também para garantir a socialização da produção e controle político, em tempos de revolução. Na verdade, a população deveria viver nas aldeias comunais com base na vida e propriedade coletiva.

Para José (2005), a socialização do campo possibilitava ao Estado, por um lado, racionalizar a aplicação de investimentos nas áreas sociais e, por conseguinte, a melhoria das condições de vida da população e, por outro lado, assegurava a complementaridade entre o campo e a cidade, a indústria e a agricultura permitindo, desse modo, o reforço da aliança operário-camponesa.

Portanto, não há dúvidas sobre o mérito do processo de nacionalização e de socialização, tendo em conta os resultados alcançados em diferentes escalas e setores sociais do Estado, como por exemplo, na Saúde e na Educação. Contudo, o caráter autoritário desta ação, bem como as dificuldades na posse e/ou acesso seguro da terra por parte dos camponeses, sobretudo os do setor familiar, gerou ressentimento e, frequentemente, nutriu o sentimento de desilusão.

De fato, o povo enxergava a Independência e, principalmente a política de nacionalização como a oportunidade para a reconquista da terra expropriada pela administração colonial. Ou melhor, se a colonização conduziu à expropriação de terras dos nativos, especialmente as mais férteis e colocadas à disposição dos colonos, a

Independência, por sua vez, representava no imaginário popular à reconquista da terra, o que, todavia não aconteceu (MATOS e MEDEIROS, 2014).

Em contexto de coletivização da produção e da vida em comunidade, as famílias “aquarteladas” nas aldeias comunais aprenderam, não só a viverem em grupo, mas também construíram laços de proximidade, concomitante a isso descobriram as vantagens do trabalho coletivo. É no interior dessas mudanças políticas e, sobretudo sociais que “nascem” as associações comunitárias, criadas, inicialmente, com objetivo de aglutinar esforços dos agricultores e trabalhadores rurais para o benefício e melhoria do processo produtivo e da comunidade a qual pertencem.

O associativismo, diz Souza (2016, p.14), embora tenha ganhado corpo e forma na contemporaneidade, com a sua regulamentação, ele é uma prática que remonta aos primórdios da sociedade. Com efeito,

[...] o associativismo é uma prática realizada desde o início da sociedade, mesmo sendo de forma indireta, quando as tribos se organizavam, por exemplo, para construir, produzir e proteger-se de outras tribos rivais, assim foi evoluindo o pensamento acerca do mesmo e sua importância para a sobrevivência da sociedade possibilitando o desenvolvimento dos que o praticava.

Cada comunidade tem uma cultura e estrutura própria, as quais influenciam a ação e organização das associações. Além disso, as organizações da sociedade civil criadas por iniciativas privadas e que visam à produção de bens e serviços públicos, buscam responder às necessidades coletivas, e ao bem-estar social, nesse aspecto, a participação dos cidadãos nos movimentos associativos é importante para a democracia e o fortalecimento da sociedade civil, gerando assim um espaço para uma relação entre o Estado e a sociedade. (FERNANDES, 1994).

Associação e cooperativa são duas formas de organização social, visando um objetivo comum que, com frequência têm sido tratadas como sinônimos, apesar de algumas diferenças. Tal confusão resulta, em parte da linha tênue que separa uma da outra. Para Veiga e Rech (2001), a principal diferença entre ambos está na natureza dos dois processos. Portanto, enquanto a Associação visa a promoção da assistência social, educacional, cultural, representação política e defesa de interesses coletivos de uma determinada classe, a cooperativa, por sua vez, tem finalidade meramente econômica. Seu principal foco é viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.

Atento à essas diferenças e, sobretudo às transformações operadas no campo, grande parte delas decorrentes do processo de modernização agrícola, alguns autores contestam a importância dessas organizações no processo de coesão social e no desenvolvimento rural. Do outro lado desse debate, autores como Pelegrini, Shiki e Shiki (2015), por exemplo, vê nessas organizações uma das estratégias de permanência e de garantia dos direitos dos pequenos agricultores familiares em face do avanço da agroindustrialização. De fato, eles reconhecem

a importância da solidariedade, da cooperação e da participação da comunidade no planejamento e gestão, como atributos necessários para a promoção do desenvolvimento. Nos últimos anos foram criadas inúmeras associações e cooperativas, em face da convicção de que estas organizações produzem, invariavelmente, efeitos positivos nos níveis local e regional. Estas constituiriam um arranjo favorável à transferência de tecnologias inovadoras, aquisições e comercialização conjunta de produtos, pois empregam metodologias participativas, privilegiando o potencial endógeno das comunidades, associações e cooperativas. Atribui-se às associações, cooperativas e aos empreendimentos de economia solidária, um papel que vai além da viabilização da produção e consumo pelas populações rurais, qual seja o de inserir grupos e comunidades em um ambiente de cooperação e educação, cujos reflexos são reconhecidamente positivos no fomento de processos de desenvolvimento. (PELEGRINI, SHIKI e SHIKI, 2015, p.74-75).

Por isso, o movimento associativo assume papel importante para o desenvolvimento, a fim de que, com o seu trabalho, preencha as “lacunas” deixadas pela modernização do campo, a desigualdade social e econômica, funcionando como se tratasse de sua própria estrutura (SALOMÃO, 2013).

Em Moçambique, os traços e as tendências dos movimentos associativistas estão presentes em diferentes seguimentos da sociedade moçambicana. No setor agrícola, por exemplo, o trabalho rotativo - coletivo nas *machambas*, sobretudo no período de colheita e/ou de lavoura atestam que esta prática é perene nessa sociedade.

Todavia, com o crescimento dos problemas sociais tais como: o desemprego, a falta de habitação e a fome; o agravamento das diferenças sociais no universo do desemprego, exclusão, precariedade e individualismo, essas questões instigam, em grande medida, a busca por diferentes formas de sobrevivência, sendo o associativismo agrícola uma delas, como garantia de direitos sociais fundamentais e de extrema relevância no mundo moderno.

De fato, as organizações sociais têm papel importante para desenvolvimento das comunidades, pois seus integrantes ao participarem ganham o direito de tomar decisões

sobre elas. Nelas, a comunidade percebe a necessidade dos indivíduos se associarem em grupos, unindo esforços para a busca da transformação social (FERRINHO, 1978).

Desde a Independência, a agricultura se apresenta como principal atividade, sobretudo para a população rural. Apesar de significativas mudanças na estrutura econômica do país, a agricultura continua sendo à base de sustento da população e o setor que mais população ativa emprega. Dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2017), indicam que a agricultura constitui a principal atividade para 66,8% da população moçambicana; com níveis de produtividade baixos, mas capaz de suprir as necessidades básicas e garantir a soberania alimentar.

Além do mais, o setor agrário em Moçambique contribui com 25% do Produto Interno Bruto (PIB); 16% das exportações nacionais e emprega aproximadamente 5,7 milhões de pessoas, o equivalente a 72% da força de trabalho em idade ativa no País (MOÇAMBIQUE, 2015).

Tendo em conta esses aspectos, interessa-nos neste artigo analisar o papel das associações agrícolas, enquanto vetores do processo de desenvolvimento comunitário. De modo específico, buscamos, em primeiro lugar, identificar as principais associações existentes na comunidade de Mpaco; verificar se há ou não o envolvimento e o entrosamento entre a associação e a população local e, por fim, relacionar o associativismo agrícola com o desenvolvimento comunitário a partir da Associação dos Camponeses 16 de Junho em Mpaco.

Como dissemos, o associativismo agrícola, com toda liderança para o planejamento, organização e controle, é uma estratégia para promoção do desenvolvimento local e, um mecanismo para melhorar as condições de vida dos camponeses. Por esse motivo, consideramos ser fundamental discutir o associativismo agrícola e sua relação com o desenvolvimento comunitário em Moçambique. Tal coloca em evidência a diversidade e a particularidade dos contextos sociais locais, reconhecendo que cada território tem suas próprias necessidades.

Portanto, além das possíveis receitas fiscais que o Estado possa coletar, o associativismo agrícola, proporciona, igualmente condições para que o pequeno agricultor cresça, passando a assimilar melhor as técnicas agrícolas e participar proativamente no processo de produção. A agricultura em grupo permite a obtenção de resultados na economia de escala, a participação e capacitação, a utilização de máquinas

e equipamentos, a oferta de trabalho, a preservação do ambiente, bem como a melhoria da renda, além da racionalidade, na utilização dos escassos serviços (VILLELA, 2006).

Por esse motivo consideramos ser de capital importância problematizar essa temática, pois abre espaço para que se analisem as distintas estratégias de desenvolvimento da comunidade, já que a associação é útil para gerar solidariedade social, diminuir os custos de vida em sociedade. Dada à sua localização (área rural da chamada Zona Econômica Especial de Nacala), a Associação dos camponeses 16 de Junho em Mpaco estrutura as dinâmicas sociais em escala local e quiçá distrital, ao evidenciar capacidades para criar emprego, gerar e distribuir renda, combater a fome, aumentar a produção, envolver diferentes estratos sociais, além de habilidades para mudar atitudes das pessoas associadas, principalmente na zona rural, contribuindo para a redução da pobreza.

Enfim, refletir sobre essa temática apresenta-se como um significativo contributo para a compreensão da dinâmica da vida social no meio rural, e não só, tendo em conta que a maioria dos agregados familiares possui recursos limitados; o modelo associativo é um importante catalisador em busca por soluções para os problemas do cotidiano.

Do ponto de vista teórico e, sobretudo se considerarmos que o desenvolvimento da comunidade é uma das áreas de interesse da chamada economia agrícola, na qual são discutidas diferentes questões agrárias, como por exemplo, a reforma agrária, a renda da terra, o cooperativismo, entre outras, julgamos que esta pesquisa participa, então, do clássico debate sobre a relação entre a agricultura e o desenvolvimento, muito elaborado pelo economista inglês David Ricardo.

A discussão realizada nesse artigo assenta-se na abordagem qualitativa, aliada ao trabalho de campo, a revisão bibliográfica e documental. Um dos méritos da pesquisa qualitativa é a centralidade atribuída ao sujeito, baseado no entendimento de que este pode elaborar seus conhecimentos, tendo por alicerce as vivências do cotidiano. A abordagem qualitativa, diz Chizzotti (2003), explora os conhecimentos práticos e as representações relativamente elaborados, que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais.

Valendo-se do pressuposto de que o modo de vida é exatamente, a forma como esse sujeito constrói e vive a sua vida (THOMPSON, 1981), o modo de vida, integra, por isso, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais, daí o:

Reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o saber como elaborar sua experiência social cotidiana. É em direção a essa experiência social que as pesquisas qualitativas, que se valem da fonte oral, se encaminham, é na busca dos significados de vivências para os sujeitos que se concentram os esforços do pesquisador. (MARTILLI, 1999, p. 25).

Pensando na intromissão requerida pela abordagem qualitativa, foi realizada a pesquisa de campo, entre os meses de fevereiro a maio de 2019, na Comunidade de Mpaco. E para orientar a busca pelas informações, a seguinte questão se faz: de que forma o associativismo agrícola se apresenta como estratégia para o desenvolvimento comunitário na comunidade de Mpaco, em Nacala-Porto? Portanto, tendo em conta o tipo de abordagem, a seleção da amostra não obedeceu aos critérios de representatividade, assim como os padrões de confiabilidade da amostra, exigidos, por exemplo, pela abordagem quantitativa. Ainda assim, optou-se pela seleção aleatória simples que, segundo Gil (1999), consiste em atribuir a cada elemento da população um número único e a posterior selecionar alguns desses elementos de forma casual.

Considerando esses pressupostos, a amostra foi constituída por 20 pessoas, das quais 7 homens e 13 mulheres, todos residentes em Mpaco e filiados à Associação 16 de junho. Além da entrevista semi-estruturada aplicada aos membros da agremiação, foi feita a observação direta nos campos agrícolas da associação, ela permitiu, não só a observação passiva dos fenômenos em campo, mas também o exame crítico de tais fenômenos à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos adotados nessa pesquisa (LAKATOS e MARCONI, 2004).

Na realização do trabalho de campo pautou-se no diálogo e não no inquérito, assim, tanto entrevistas individuais como coletivas foram realizadas junto aos membros da Associação 16 de Junho de Mpaco. Na verdade, as entrevistas individuais foram feitas ao presidente da associação e a três membros dessa que no seu cotidiano e, sobretudo ao longo dos últimos doze anos acompanharam a vida da associação. As entrevistas coletivas, por sua vez, foram orientadas para 16 membros da Associação 16 de Junho de Mpaco, totalizando 20 pessoas que compõe a amostra. Portanto, dado o baixo nível de letramento de alguns membros da associação, com frequência, as entrevistas foram conduzidas na língua *Emakhua* (língua materna, falada nas Províncias de Nampula, Cabo delgado e uma parte da Província da Zambézia), como forma de garantir a participação e a fluidez da conversa.

Tendo em conta que o período no qual se realizou a pesquisa de campo, coincidiu com o ano eleitoral (eleições presidenciais) foi necessário, antes de tudo, explicar aos entrevistados que o trabalho era de índole acadêmico, apesar do seu vínculo político dada a linha de orientação filosófica adotada. Ainda assim, foi dado um esclarecimento sobre a finalidade e a importância dessa pesquisa para a associação e a comunidade de Mpaco.

Com vista à melhor sistematização das principais ideias contidas no artigo, iniciou-se a discussão fazendo uma reflexão sobre o contexto histórico do associativismo em Moçambique, convocando as origens, bem como contradições sociopolíticas que ditaram o seu surgimento.

O associativismo em Moçambique: contexto histórico e social de seu surgimento

Após a Independência, o Estado experimentou a política de socialização do campo, na qual grandes propriedades de produção eram geridas pelo Estado, destruindo a estrutura tradicional e colonial de produção em pequenas escalas dos agricultores. Entretanto, o governo decidiu que o desenvolvimento agrícola deveria ter como base as cooperativas agrícolas, nas quais ele deveria assegurar o fornecimento de sementes e de outros insumos, ao mesmo tempo em que compraria essa produção, sobretudo as culturas de rendimento, como a castanha de caju, o sisal, o algodão, entre outras.

No Moçambique colonial, as cooperativas e/ou associações, principalmente dos camponeses foram criadas com maior intervenção do Estado para satisfazer a sua base social, e tinham o apoio para concretização do controle pelos régulos (autoridade tradicional que, regra geral, exerce controle político de uma localidade), que desempenhavam papel importante na criação e desenvolvimento da associação. Eles trabalhavam como espécies de presidentes da associação (ADAM, 1986).

Sua estrutura era formada pelos régulos, que tinham objetivos de fortalecer a sua crença perante os camponeses, na qual a comunidade enxergava o régulo como indivíduo supremo para interpretar todos os fenômenos da natureza, nomeadamente: chuva, seca, ano de produção, o futuro da colheita e outros. No período pós-Independência, as cooperativas eram consideradas como uma forma de produção transitória dentro do modelo socialista, pois segundo a concepção ortodoxa e radical dominante, só as empresas estatais constituíam a propriedade de todo o povo e por isso a forma superior de produção (MOSCA, 1999).

O setor privado era visto com desconfiança e permanecia a ideia de que este permanecia ligado aos objetivos coloniais, ou seja, ele não pertencia à nova sociedade, portanto, seria marginalizada e deveria, a todo o custo ser extinto. O apoio a esse setor era quase inexistente nessa conjuntura histórica em Moçambique. Esta estratégia de desenvolvimento baseada na implementação de uma economia socialista não foi eficaz e não teve sustentabilidade por muito tempo, por várias razões: a) os procedimentos de gestão adotados; b) a concepção organizativa das empresas; c) a subordinação de tudo ao Plano Prospectivo Indicativo (PPI) e a consequente desresponsabilização dos gestores; e d) as relações difíceis com os outros setores sociais de produção e com a população, bem como a ausência de incentivos (MOSCA, *op. cit.*).

Assim, entende-se que o associativismo em Moçambique vem prosseguindo com rupturas que acompanham o processo de construção/formação social, territorial e político do país. Tais mudanças têm o seu marco na Independência nacional, aliadas à introdução de projetos socialistas no final da década de 1970, assim como a virada que ocorreu no final da década de 1980, com a introdução das reformas liberais que culminaram com o advento da economia neoliberal no país.

Segundo Rocha (1991), a formação de uma das primeiras associações de pequenos agricultores surgiu durante a realização do Congresso Operário em maio de 1915, onde foram debatidos problemas relacionados à pequena agricultura e o acesso ao mercado. Nesse período, as associações e cooperativas não tinham o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida dos associados, principalmente negros; tampouco o desenvolvimento nacional, mas sim, visava contribuir para a acumulação de recursos e capital em benefício da Metrópole. São exemplos dessas associações às companhias majestáticas e arrendatários que durante séculos detinham a posse de cerca de $\frac{2}{3}$ do território nacional (SAMBO, 2008).

Na década de 1980, o país passou por um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas, dentre elas, o fim do partido-Estado, a mudança do sistema político socialista para a economia de mercado e a introdução da democracia multipartidária (MOÇAMBIQUE, 1990). De fato, uma das medidas em face dessa situação foi à adesão em 1983 às instituições de Bretton Woods, designadamente: Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesta etapa e, por orientação dessas instituições, o governo introduziu o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), cujo objetivo era a liberalização econômica e o estabelecimento da economia de mercado (SITOI, 2013). Portanto, nesse ínterim, o Estado passa a reconhecer a necessidade e, sobretudo a conchamar à intervenção de diferentes atores no processo de desenvolvimento, no caso, indivíduos, associações e Organizações Não Governamentais (ONGs), liberando deste modo, a iniciativa dos setores sociais e individuais, movimento que ganhou forma com a entrada em vigor da primeira Constituição Multipartidária em 1990. Atento aos artigos (1º; 6º; 34; 42; 54) dessa Constituição, o Estado manifesta expressamente a importância da participação de todos na prossecução do bem público.

De forma inequívoca, o legislador afirma no art. 34, da Constituição, que:

As organizações sociais, como forma de associação de cidadãos com finalidades e interesses próprios, desempenham um papel importante na promoção da democracia e na participação dos cidadãos na vida pública. [Elas] contribuem para a realização dos direitos e liberdades dos cidadãos, bem como para a elevação da consciência individual e coletiva no cumprimento dos deveres cívicos. (MOÇAMBIQUE, 1990, p. 337).

Um ano depois, isto é, em 1991 o Estado publicou o Decreto nº 8 de 18 de junho. Denominado, liberdades de associação, nele, o legislador, além de operacionalizar o art.º 34, da Constituição, institui a liberdade e o direito de todos os cidadãos moçambicanos de se associarem, abrindo caminho para que distintas associações até então existentes, mas em anonimato devido ao caráter repreensivo e violento dos primeiros anos após a Independência, pudessem se oficializar.

Já na Constituição de 2004, em vigor, com uma linguagem mais apurada, o legislador define no art.º 78, que:

As organizações sociais, são formas de associação com afinidades e interesses próprios, desempenham um papel importante na promoção da democracia e na participação dos cidadãos na vida pública. [com efeito,] as organizações sociais contribuem para a realização dos direitos e liberdades dos cidadãos, bem como para a elevação da consciência individual e coletiva no cumprimento dos deveres cívicos. (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 550).

Portanto, o direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade e está presente no art.º 52 da Constituição da República, como uma das liberdades fundamentais dos cidadãos. Apesar desse respaldo constitucional, Valá (2002), entende que a legislação moçambicana sobre o associativismo é bastante complicada para a situação concreta dos camponeses, pois o

processo de constituição das associações é excessivamente burocrático, de modo que não se ajusta, nem ao estágio atual do desenvolvimento do país, tampouco aos próprios produtores; para que essas possam cumprir o seu papel de dinamizadores das iniciativas voluntárias em prol do desenvolvimento.

E como resultado disso, as associações agrícolas, aliada ao fraco domínio da legislação por parte dos camponeses, tem havido a necessidade de intervenção de certas instituições da sociedade civil para apoiá-los na sua organização coletiva. Para Canterle (2004) é importante assinalar que o fomento ao associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento cuja problemática está em captar as contradições, organizar as pessoas e colocá-las, harmoniosamente, em torno de interesses comuns dando atendimento às necessidades coletivas e individuais. As associações rurais, por exemplo, ao serem formadas têm como propósito integrar os esforços e ações dos camponeses e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização de recursos disponíveis, garantindo a melhoria do nível de vida da população local.

Sendo assim, tratar o conceito desenvolvimento é um esforço delicado e complexo, na medida em que o desenvolvimento não pode ser visto como um objeto concreto; com uma existência objetiva, não é também um processo autônomo em si próprio independente, porque acontece envolvendo muitos outros fenômenos, tomados por acaso como um todo, deve ser discutido, a partir de suas complexidades e contradições, visto que cada região tem uma cultura e estrutura própria, as quais influenciam tanto a sua forma quanto a ação (FERRINHO, 1978).

As associações, enquanto representantes das vontades, dos interesses e das necessidades das comunidades buscam promover ações que visam à satisfação dessas vontades, interesses e necessidades, numa lógica participativa e sistemática, pois, adquirem um papel ativo e fundamental para a execução de processos de desenvolvimento.

Souza (2006), por sua vez, entende que a organização de pequenos agricultores em associações, quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, constitui uma das formas mais viáveis de sustentação das pequenas unidades de produção, pois possibilita aos produtores ir além da sobrevivência e passam a pensar no modo de produção.

Homero (1988) acredita que o associativismo agrícola constitui um processo de organização humana que visa contribuir para melhorar as condições de vida da comunidade em que se institucionalizam. Portanto, em países, tecnologicamente, menos evoluídos como é o caso de Moçambique, as associações têm surgido, sobretudo, pela vontade do governo e que neles tem encontrado uma das formas mais válidas para apoiar e dinamizar a política de desenvolvimento que pretendem levar a cabo.

Estudos realizados sobre associativismo agrícola têm demonstrado que a maior parte das associações agrícolas em nível local, embora criadas para resolver os problemas dos seus membros e da comunidade, apresentam-se ainda com um funcionamento deficiente. Tal decorre de vários fatores, das quais a falta de sustentabilidade, bem como por estorvos de ordem climática, como por exemplo, a pluviosidade, a umidade do solo, a falta de infraestrutura, transporte para o escoamento da produção aos mercados locais e, por último, a falta de gestores e de políticas públicas atuantes.

Tendo em conta esses aspectos, interessa-nos aqui averiguar o papel das associações agrícolas no processo de desenvolvimento comunitário, tendo como pano fundo a Associação 16 de Junho na Comunidade de Mpaco, Distrito de Nacala-Porto, em Moçambique. Enfim, para que todas as instituições de uma determinada comunidade contribuam positivamente para o seu desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população, torna-se necessário que partilhem e aceitem como valores fundamentais da sua existência, os valores nos quais se alicerça a concepção de uma melhor condição de vida.

Este posicionamento leva-nos a crer que quando há envolvimento dos agentes de desenvolvimento se efetiva a melhoria das condições de vida dos indivíduos através das associações agrícolas, relegando ao segundo plano a exiguidade de recursos financeiros, uma das principais causas do fracasso das associações em diferentes setores sociais de atividades.

A Associação dos Camponeses de Mpaco é uma sociedade criada com objetivo de aglutinar esforços e ações coletivas dos camponeses e de seus familiares, em busca da melhoria do processo produtivo e da coesão social. Vale lembrar que, o associativismo ocorre em qualquer esfera social: desportiva, religiosa, cultural, tendo, sempre, em vista a promoção do bem-estar social ou, ainda, a requalificação de costumes. É nesse

universo que Carrion (2000), insere as associações que quase sempre correspondem a grupos de pessoas reunidas em defesa de seus próprios interesses.

Frantz (2002) corrobora o entendimento de que o associativismo está presente em diferentes áreas das atividades humanas, cujo objetivo comum desses é contribuir para o equilíbrio e estabilidade social. Com efeito,

o associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais, nomeadamente: no trabalho, na família, na escola, entre outros. No entanto, predominantemente, a co-operação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida. (FRANTZ, *op.cit.*, p.4).

Portanto, é o que se busca averiguar nesse artigo, ou seja, a possibilidade concreta da Associação dos Camponeses de Mpaco, ter sido criada mediante necessidades e objetivos estabelecidos e, como tal processo soma esforços no caminho do desenvolvimento comunitário.

Associação dos Camponeses 16 de Junho de Mpaco

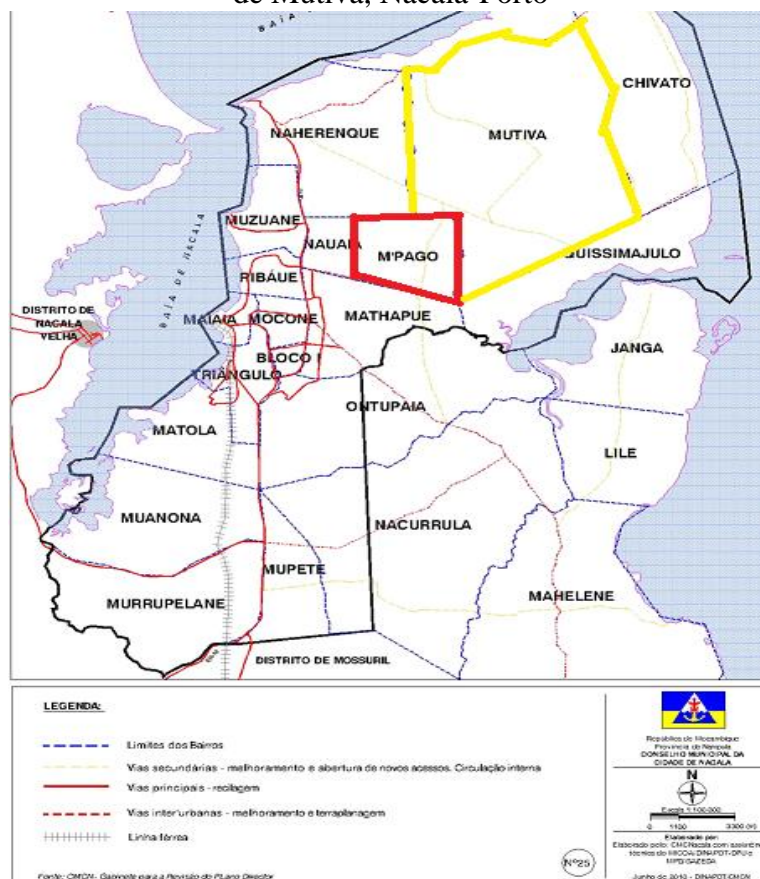
A ideia inicial da formação da associação surgiu em 2008. Naquele ano, um pequeno grupo de agricultores familiares que trabalhavam de forma individual e enfrentando grandes dificuldades para produzir, resolveu reunir-se para juntos unirem esforços, criando assim um grupo de ajuda mútua, pois, tal seria viável para o aumento da produção e da produtividade. Dois anos mais tarde, isto é, em 2010 foi formalizada e registrada como Associação 16 de junho de Mpaco, atualmente reconhecida, tanto pelo governo quanto pelas autoridades locais como indivíduos com direito associativo, sem fins lucrativos.

Denominada Associação 16 de junho de Mpaco em razão da sua localização na localidade de Mpaco, Posto Administrativo de Mutiva (Mapa 1), a associação desenvolve suas atividades em uma área de 16 hectares de terra, na qual produz, além de hortícolas (cebola, couve, alface, tomate, entre outros), cereais (milho e gergelim), cuja finalidade é o consumo próprio e a comercialização do excedente agrícola com vista à obtenção de renda. Na associação 16 de junho compete ao presidente coordenar todas as atividades da associação.

Como dissemos, a comunidade de Mpaco localiza-se em Mutiva, a região dista a 10 km da cidade de Nacala-Porto. Os solos da região de Mutiva apresentam a tonalidade

escura, geralmente associada à boa fertilidade, em vista da significativa concentração da matéria orgânica e, por isso potencialmente bons para a prática da atividade agrícola (RAIJ, 1983).

Mapa 1: Localização da Comunidade de Mpaco e do Posto Administrativo de Mutiva, Nacala-Porto



Fonte: Conselho Autárquico de Nacala-Porto (2019).

Considerando as questões básicas que nortearam a criação dessa associação, ela funciona e prossegue valores como: (i) a promoção da solidariedade; (ii) a criação de postos de emprego para a comunidade local; (iii) a ampliação da capacidade de produção e produtividade e (iv) o incentivo ao espírito associativo. A Associação 16 de junho de Mpaco é composta por 23 membros, cuja idade varia entre 28 a 60 anos; desses 10 membros são do sexo masculino e 13 do sexo feminino, conforme é apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Perfil dos membros da Associação 16 de junho em Mpaco

Faixa Etária	Sexo		Número de membros
	Masculino	Feminino	
28 -35	4	6	10
36 - 40	3	4	7
41-50	2	3	5
51 -60	1	0	1
Total	10	13	23

Fonte: Trabalho de campo, março (2019).

Org.: Nanthapa César, 2019.

Essa diferença em termos de composição da associação convoca para o debate o papel da mulher no desenvolvimento rural e, sobretudo na reprodução social das famílias rurais. Narciso e Henriques (2008), entendem que as relações de gênero, além de condicionarem o desenvolvimento econômico, são, igualmente, determinantes na distribuição do trabalho, do rendimento, da riqueza e demais fatores produtivos, inclusive a terra. Os autores apontam, com efeito, três tipos de papéis da mulher no desenvolvimento rural, conhecido na literatura como *women`s triple role* ou o papel triplo das mulheres, nomeadamente:

(i) trabalho produtivo, que inclui a reprodução biológica (ter filhos e cuidá-los), a reprodução geracional (cuidar dos filhos mais velhos) e a reprodução diária (trabalho doméstico de suporte àquelas que desempenham tarefas produtivas que inclui a manutenção da casa); (ii) trabalho produtivo, que congrega a produção para consumo doméstico e as atividades agrícolas ou não-agrícolas geradoras de rendimento e, por fim, (iii) trabalho comunitário, que abrange atividades e eventos desempenhados coletivamente. (Narciso e Henriques, *op.cit.*, p.4).

Como se pode notar, no contexto do desenvolvimento, a mulher cumpre papel fundamental, tanto como força de trabalho (remunerado ou não), como produtora de produtos e serviços para o mercado e para uso doméstico, quanto a nível intergeracional, como cuidadoras e educadoras e responsáveis pela alimentação, saúde e socialização/educação dos mais novos e um importante agente de mudança.

Embora a descrição feita se refira ao contexto geral, tal não difere muito do âmbito de participação da mulher na agricultura familiar em Moçambique. E no caso da Associação 16 de junho, a prevalência de mulheres decorre do fato de que parte significativa dos homens da região e não só, com frequência, optam por ir à cidade (Nacala-Porto e Nampula) em busca de oportunidades de trabalho assalariado ou precário. As mulheres, por sua vez, são as que permanecem no campo, grande parte delas, dedicam-

se à atividade agrícola, além de que cuidam da casa, dos filhos e fazem pequenos negócios e outras atividades, inclusive trabalhos voluntários na comunidade.

Associativismo agrícola como estratégia para o desenvolvimento comunitário

A Comunidade de Mpaco: o "berço" da associação 16 de junho

Mpaco é uma comunidade localizada no Posto Administrativo de Mutiva (Mapa 1). Em Mpaco, além da Associação 16 de junho existem 5 associações de camponeses nomeadamente: Associação Familiar, Associação Vileleque, Associação *Omaliha Ossiquiny* (acabar com a pobreza), Associação Wachale e Associação *Ophentana* (amar-nos). Apesar dessa diversidade, para efeitos da análise empreendida nesse artigo foi em considerada somente a Associação 16 de junho, pelo fato de ser uma das primeiras associações a ser criada em Mpaco, além do seu elevado nível de estruturação e organização.

De fato, de acordo com os nossos entrevistados essa associação possui normas e regras de boa convivência, dentre eles o respeito e a solidariedade entre os membros da agremiação e de outras associações existentes, assim como a comunidade em geral. Para o correto funcionamento desta, os seus membros obedecem com rigor as normas e regras definidas, de tal forma que a associação se reúne uma vez por semana, podendo, todavia, reunir-se quando for necessário, a pedido do presidente ou outro membro.

Tais reuniões são de grande valia para os membros, visto que, é o momento em que eles têm a oportunidade para conversar com os demais membros, além de que permite a troca de experiência. Nesse âmbito, a Associação 16 de junho de Mpaco mantém relação com o governo distrital por meio dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE), cujo papel primordial deste é servir de "ponte" para o relacionamento desta com outras associações, assim como com os técnicos extensionistas.

Para além da ligação com governo distrital, a associação trabalha em colaboração com a autoridade local (régulos, cabo, e outros), não só na resolução de problemas locais, mas também no estabelecimento de parcerias com as Organizações Não Governamentais (ONG), tais parcerias são vitais para o aprimoramento das técnicas de produção, bem como a melhoria da qualidade da produção.

Apesar de estabelecer ligações com o governo e com as autoridades locais, a associação enfrenta várias dificuldades, como por exemplo, o escoamento da produção, a irrigação de campos de cultivo mesmo estando em uma abarcada pela bacia do Rio Mutiva, visto que o referido local também é utilizado como área de captação de água pelo Fundo de Investimento e Patrimônio do Abastecimento de Água (FIPAG), Companhia responsável pelo abastecimento de água no país.

Como que desvelando as contradições que se operam no espaço rural, em Mpaco, o trabalho de campo realizado entre fevereiro a maio de 2019, permitiu identificar a existência de conflito de terra entre a associação e um singular. Tal disputa, apesar de pontual e cuja resolução depende da vontade da liderança local, suscita reflexões mais profundas na medida em que o chamado Corredor de Nacala, está no centro das atenções de investidores estrangeiros, que buscam terra para a produção de *commodities* (MACARINGUE, 2018). Do que foi dito, faz-nos perceber que a associação ainda não tem uma autonomia funcional que a permite encontrar soluções locais para os seus próprios problemas, como por exemplo, a realização de atividades produtivas sem depender do apoio externo, visto que depende de insumos (sementes, adubos e assistência técnica) para ampliar a sua produção.

A Associação 16 de junho: um exemplo de solidariedade e de sociabilidade?

Embora distintas e, por vezes momentâneas, as razões para a interação entre indivíduos podem ser diferenciadas a partir de dois conceitos: forma e conteúdo. Simmel (2006) entende que a razão para essa interação, independentemente da sua duração, está em determinados impulsos ou na busca de certas finalidades. Com efeito,

instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, conquista, ajuda, doutrinação e outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. [...] Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade - mais exatamente, uma sociedade. (SIMMEL, *op.cit.*, 59-60).

Seja por impulso ou pela busca de certas finalidades, na Associação 16 de junho de Mpaco, os seus membros entendem que encontraram nessa agremiação uma forma de suprir parte das suas necessidades, sobretudo aquelas vinculadas à produção agrícola. Contudo, embora todos os associados estejam empenhados no fortalecimento da

associação, é fundamental destacar que nem todos os membros existentes participaram na sua formação, na sua maioria integraram a associação com o passar do tempo.

Seja como for, a Associação 16 de junho encontra-se em pleno exercício das suas atividades, é oficialmente reconhecida pelos líderes comunitários, pelo Município e pelo governo local. Do ponto de vista legal, cabe ao presidente desta representar a associação, bem como fazer a planificação e o monitoramento das atividades planificadas em diferentes frentes de trabalho. A figura 2 ilustra parte desses membros.

Figura 2: Alguns camponeses de Mpaco no período de colheita.



Captada pelo autor (2019).

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2019.

Razões para adesão dos associados à Associação 16 de junho em Mpaco

Tendo em conta que a decisão de pertencer ou não a uma organização social depende da vontade individual à luz do art.º 52 da Constituição da República, as pessoas têm, por essa via, a prerrogativa para escolher a organização/grupo social com a qual se identifica. No caso da Associação 16 de Junho, a adesão de seus membros, *grosso modo*, pressupõe a busca por melhores condições de vida, ou seja, eles enxergam a associação como o único caminho para resolver os seus problemas, sobretudo àqueles relacionados à sua subsistência.

Sobre esses aspectos, Campos (1999) considera que as associações agrícolas são a primeira instância do princípio de adesão livre e voluntária. De fato, em nível da Associação 16 de Junho em Mpaco, este princípio é posto em prática, uma vez que os camponeses aderem à associação como forma de melhorar as suas condições de vida, bem

como dos seus dependentes. Para os camponeses de Mpaco, a associação é uma fonte de rendimento que garante a sua subsistência. Portanto, eles estão conscientes das vantagens que o associativismo proporciona, visto que a associação garante o provimento de alimentação para os seus dependentes, assim como a capacidade e as formas de poupar dinheiro para financiar a educação dos seus filhos.

Na Associação 16 de junho existem diferentes atores, com distintas intenções de adesão os quais lutam para a realização de determinado objetivo. Nos depoimentos dos membros da associação ficou claro que um dos objetivos de sua associação é a satisfação individual. Além dos aspectos levantados, é importar assinalar que uma das principais razões para adesão na associação é a sua localização, visto que ela se localiza na mesma região onde eles vivem e é de fácil acesso. Assim, a adesão à associação por parte dos camponeses, é visto como a única forma de poder melhorar as condições de vida e o bem-estar familiar.

Associação 16 de Junho e o seu papel social: entre solidariedade e o desenvolvimento comunitário

Num artigo recente, o economista agrário e ativista social João Mosca, análise as mudanças política, econômicas e sociais ocorridas em Moçambique, nos últimos quarenta anos. Mosca (2017) destaca que tais dinâmicas estão atreladas às diferentes formas de inserção do capital estrangeiro no meio rural. Para ele, não há dúvidas de que esse processo consistiu na secundarização da agricultura familiar, além de que não houve, até então, alguma tendência para a transformação estrutural do setor agrário moçambicano.

A par desse processo de secundarização e desinvestimento na agricultura familiar, em diferentes lógicas que acompanham a construção do Estado moçambicano, os produtores familiares ensaiam distintas alternativas para resistir à diferentes políticas e estratégias de (des) integração, tal inclui a criação ou a reativação de cooperativas e associações. Assim, com base nos resultados da pesquisa de campo, podemos afirmar que, de fato, a Associação dos Camponeses 16 de Junho em Mpaco promove a solidariedade entre seus membros, além de desempenhar um papel de relevo na resolução dos problemas da associação, o que permite o contato permanente entre os associados.

Com efeito, entre os membros da associação existe um apoio mútuo, no que diz respeito aos problemas da associação assim como sociais. Porém, o auxílio entre os

associados depende das condições materiais dos seus membros, assim como da natureza desses problemas.

Esse último aspecto, corrobora com a visão de Campos (1999) ao assegurar que, as associações agrícolas, são de forma intencional e direta, convidadas a interessarem-se pelos problemas das comunidades em que se inserem. Agora que o desenvolvimento comunitário é assunto de destaque, as associações são instadas a olhar a sua volta e de forma deliberada e programada encontrar soluções que visam o desenvolvimento dessas comunidades.

Por isso, avaliar o impacto das associações agrícolas assim como de outras atividades no desenvolvimento local é sempre um exercício difícil; torna-se ainda mais difícil quando se trata de uma sociedade na qual existem dificuldades em registrar os mais elementares indicadores, tanto os de produção, da comercialização quanto os de bem-estar dos cidadãos.

Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar que parcela expressiva dos associados dedica-se exclusivamente à agricultura, sendo à base do seu sustento. As mulheres, por exemplo, em nível da associação, são na sua maioria pouco escolarizadas quer porque não tiveram oportunidade de frequentar a escola, em vista que algumas foram obrigadas a se tornarem donas de casa ainda cedo (casamentos precoces- aqueles que são contraídos antes dos 18 anos de idade).

Mutemba (1998), entende que o baixo ou nenhum grau de escolaridade dos associados, reflete-se negativamente no domínio da planificação da atividade agrícola, da acumulação de conhecimentos até certo ponto na resistência à aceitação de técnicas modernas de produção, prejudicando o normal funcionamento dessas organizações.

O baixo nível de educação entre os membros da associação, suscita questionamentos em relação às diferentes formas de como esses membros aproveitam, na plenitude, as oportunidades (de formação/capacitação) geradas na agremiação. Tal cenário faz com que a educação torne-se crucial para as associações visto que os associados estarão em melhores condições de aceitar as técnicas de produção e fazer face aos problemas que se colocam, contribuindo assim para o desenvolvimento da associação e na melhoria de suas vidas, bem como tratar de questões de planejamento com o governo. É nesta perspectiva, que alguns membros da associação particularmente às mulheres ingressaram nos programas de alfabetização e educação de adultos, como narram os membros:

Senti-me obrigado a ir à escola de alfabetização, porque quando vinham os técnicos da agricultura nos dar explicações sobre as novas técnicas de produção eu tinha várias dificuldades de perceber e acatar o que diziam. Entrei na alfabetização porque quando ainda tive a idade de ir a escola foi forçada a abandonar porque engravidei cedo e tinha que cuidar do meu filho. (Entrevista com um membro da Associação, fevereiro de 2019).

A associação é a principal fonte de renda para suprir as necessidades do cotidiano, mas, a associação tem enfrentando várias dificuldades no que diz respeito ao aumento da produtividade assim como o escoamento da produção. No decurso do trabalho de campo, ficamos, a saber, que a ADPP, uma organização não governamental se voluntaria e efetua a limpeza e a lavoura dos campos agrícolas.

Numa entrevista coletiva, os camponeses relataram o seguinte:

Gostaríamos de aumentar a nossa área de produção, mas não conseguimos porque usamos as enxadas de cabo curto para trabalhar a terra, alugar um trator para limpar o [...] campo de produção os custos são elevados e a associação por si só não possui condições para tal. (Entrevista coletiva com os camponeses, fevereiro de 2019).

Outro problema com qual se deparam os membros da Associação 16 de junho de Mpaco é a questão da água para irrigação dos campos. De fato, o único poço existente na região é propriedade do Fundo de Investimento e Patrimônio do Abastecimento de Água e estava em processo de reabilitação de seus reservatórios. Finda esta atividade, o abastecimento de água para diferentes etapas do processo produtivo poderá melhorar significativamente a disponibilidade de água para a atividade agrícola (Figura 3).

Figura 3: Coleta de água num dos rios (a) e processo de irrigação do campo (b).



Captada pelo autor (2019);

Fonte: Trabalho de campo, abril e maio de 2019.

A pesquisa constatou também que os membros da associação estabelecem ligações com pessoas não associadas, e que às vezes estes são solicitadas pela associação para prestar serviços remuneradas ou pagos em produtos alimentares. Dessa forma, pode-se afirmar que os membros da associação desenvolvem laços de confiança, uma relação de ajuda mútua e recíproca. Em caso contrário, ou seja, da quebra de confiança por parte de um indivíduo com relação às mesmas atividades, acarreta em expulsão da associação.

Parcerias

A associação não existe por si só, e nem atua de uma forma isolada, ela estabelece uma relação com várias instituições, tanto governamentais como não governamentais. Por ser uma associação reconhecida pelo governo, ela tem recebido apoio por parte do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), através dos Serviços Distritais das Atividades Econômicas, a qual fornece sementes e formação em novas técnicas de produção agrícola.

Além do governo, a Associação 16 de junho tem recebido apoio de outras ONGs com sede no distrito, como é caso da ADPP (Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo) e, OLIA e HOT HORTA, que têm ajudado e prestado assistência técnica e financeira para a associação. No caso da ADPP, ela tem ajudado no fornecimento de sementes e na troca de conhecimento na área da produção agrícola, visto que esta região, também possui uma escola agrária, cujo patrono é a ADPP. A OLIA, por sua vez, se dedica à capacitação dos camponeses, em matérias das novas técnicas de adubação orgânica do solo, prescindindo assim do uso de produtos químicos e de agrotóxicos.

Vale lembrar que, nem todas as formações trazem o resultado esperado, visto que algumas capacitações não têm sido profundas e abrangentes. Apesar disso, é graças a esses parceiros que a associação tem conseguido obter resultados positivos.

De volta aos ganhos individuais, no que concerne à associação representa em muitos aspectos a oportunidade que cada um dos associados tem para desfrutar das benesses da associação, portanto, é o que denominamos benefícios da associação.

Benefícios

Além de proporcionar um convívio social, reciprocidade entre os membros, mais do que isso, a associação reforça as condições econômicas e aumenta as oportunidades de alcançar os objetivos de seus membros. Constitui-se como uma alternativa de sobrevivência dos membros. É preciso notar que as condições econômicas referidas vinculam-se à capacidade de satisfazer as necessidades básicas entre os associados.

A associação desempenha papel importante na vida dos camponeses, portanto, é preciso considerar que os camponeses entram para associação para melhorar a sua vida. E uma dessas formas é que no fim de cada colheita, os membros levam alguns produtos “já não é preciso ir comprar para o meu consumo juntamente como a minha família” e os outros são para a venda.

Sendo a associação uma entidade coletiva, os seus membros são capazes de desenvolver relações sociais de proximidade, afinidade, solidariedade e familiaridades alicerçadas nos pressupostos de interdependência e da ajuda mútua. A confiança desenvolvida entre os membros da associação lhes permite obter vantagens sendo elas simbólicas, sociais e econômicas.

Apesar da agricultura praticada pelos camponeses da Associação 16 de junho ser de subsistência, isto é, de quase autoconsumo, eles conseguem vender o excedente agrícola para adquirir outros produtos de primeira necessidade não cultivados. É por essa via que a associação contribui para a comunidade, na medida em que os demais indivíduos da comunidade compram determinados produtos com os camponeses da associação.

Assim, se por um lado, os membros da associação obtêm benefícios econômicos, materiais e de conhecimento, a comunidade, por outro lado, não fica isenta desses ganhos, visto que além do consumo próprio, os produtos são vendidos nos bairros onde vive cada associado.

Nota-se, com efeito, a existência de vários elementos impulsionadores do desenvolvimento que são gerados pela associação, capazes de provocar mudanças na vida dos membros da associação. Portanto, a mudança que se verifica na vida dos camponeses refere-se à capacidade destes em garantir o sustento diário, isto é, o suprimento das necessidades básicas.

Ciente de que essas mudanças não se traduzem, necessariamente, no desenvolvimento, contudo, ressalta-se que elas simbolizam, ao menos, um passo no caminho da melhoria das condições de vida e do bem-estar social, pressupostos para pensar o desenvolvimento, enquanto um projeto mais amplo, do qual não prescindem as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, conforme Sen (2000). Sem dúvidas, os camponeses aderem à associação com objetivo de melhorar a sua vida, porém é necessário ter em conta que a melhoria de vida descrita pelos nossos entrevistados remete-nos a ideia de mudança na capacidade de prover as condições de subsistência.

Como dissemos, o apoio recíproco não é tão imediato. Ele é baseado em relações de confiança entre os associados, bem como o nível de complexidade do problema apresentado por cada um dos membros da associação. Ainda assim, assinala-se que o envolvimento dos membros da Associação dos Camponeses 16 de Junho de Mpaco, permite a construção de uma sociedade solidária, coesa e de ajuda mútua.

Por fim, compreendemos, a partir do trabalho de campo que, os membros da associação desenvolvem uma relação de troca de serviços ou favores com indivíduos fora da associação, na qual aqueles que não integram a associação prestam diversos serviços remunerados ou pagos em produtos agrícolas, construindo, dessa forma, uma relação inclusiva, em função do envolvimento de todos, isto é, os de dentro e fora da associação.

Apesar de a Associação dos Camponeses de 16 de Junho de Mpaco desempenhar um papel importante para os associados, uma vez que permite, através dos rendimentos obtidos da produção satisfazer as suas necessidades básicas, como é o caso da alimentação, vestuário e educação dos seus filhos; a escassez de recursos financeiros e materiais inibe a associação de realizar atividades que agregariam valor, assim como proporcionariam resultados reais e diretos em diferentes esferas de vida da comunidade do Posto Administrativo de Mutiva.

De tudo o que foi apresentado no transcorrer desse artigo, cabe ressaltar que as associações agrícolas desempenham um papel importante no processo de desenvolvimento comunitário, visto que, quando uma comunidade é bem organizada, ela é mais produtiva e reúne condições para se desenvolver. Tal viabiliza o paradigma que dá ênfase nas discussões sobre o desenvolvimento local, as capacidades/potencial existente no interior da localidade. A esse propósito, Barquero (1993), defende que as soluções para os problemas da localidade estão em projetos e ideias gerados no próprio local, que permitam utilizar os

recursos ali disponíveis, opinião também partilhada por Jesus (2006), ao destacar que o desenvolvimento local será uma consequência do aproveitamento em maior grau dos recursos naturais e humanos, assim como do capital existentes no interior da localidade.

De resto, fora as dificuldades e/ou barreiras que devem ser superadas, o associativismo é essencial para o desenvolvimento da comunidade, uma vez que, a associação é um espaço de criação de elos sociais e de apoio à comunidade não associada.

Algumas considerações

Feita a análise em torno do papel das associações agrícolas, no processo de desenvolvimento comunitário, tendo como foco a Associação dos Camponeses 16 de Junho de Mpaco, pode-se assinalar com base nos resultados da pesquisa de campo que o associativismo é importante para o desenvolvimento das comunidades, pois seus integrantes ao participarem ganham o direito de tomar decisões sobre ela. Sendo assim, a comunidade percebe a necessidade dos indivíduos se associarem em grupos, unindo-se no esforço pela busca da transformação social.

De fato, apesar do carácter transversal do associativismo, presente em quase todas áreas, esta prática cumpre quase sempre com a sua finalidade, isto é, o fortalecimento da democracia, uma vez que possibilita a agregação de interesses individuais, assim como a educação cidadã. Tais aspectos favorecem o processo de desenvolvimento, pois como se sabe, ele requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social, também denominado capital social. Na verdade, quanto maior os indicadores de organização social, melhores as condições de desenvolvimento (JESUS, *op.cit.*).

No caso da Associação 16 de junho, a sua criação é fruto da iniciativa dos membros, pelo fato destes terem constatado que se associando poderiam resolver os seus problemas, como a de falta de emprego e falta de recursos financeiros. A Associação 16 de Junho é uma entidade criada com objetivo de melhorar as condições de vida e promover a solidariedade entre os seus associados e os não associados, uma vez que, gozam de uma boa relação social.

A solidariedade enquanto valor de referência da relação entre os membros da associação e os não associados, o associativismo obtém uma relação com a comunidade na afirmação do seu papel e contributo para o desenvolvimento comunitário. Nesse

contexto, a associação afirma-se como agente do desenvolvimento comunitário pela solidariedade ativa. Portanto, a partir da Associação 16 de Junho de Mpaco, pode-se afirmar que a solidariedade assume um papel preponderante no processo da promoção de desenvolvimento comunitário.

Apesar das mudanças que se verificaram na vida dos camponeses associados, a associação pouco contribuiu, até então, para o desenvolvimento da comunidade. Não obstante, a adesão à associação pelos membros visa melhorar as suas condições de vida, ou seja, os membros estão preocupados em satisfazer as suas necessidades e atingir os seus objetivos, o que por sua vez, dificulta o processo de desenvolvimento coletivo.

A participação do Governo e das ONGs na realização das suas atividades, tem grande impacto no aumento da produção e da produtividade. Eles desempenham um papel de relevo, uma vez que são o principal impulsionador de promoção social e do bem-estar da associação e de seus membros.

Constatou-se que os camponeses aderiram à associação com objetivo de melhorar a sua vida, e é necessário, todavia, compreender a melhoria de vida aqui abordada no contexto de mudança na capacidade de prover as condições de subsistência. Para que se alcance o desenvolvimento, é preciso, no nosso entender que, se adote uma nova postura perante a organização, tal passa por fazer-lhes compreender os reais objetivos de uma associação, sobretudo o seu potencial para serem levados ao desenvolvimento integral da comunidade.

Ciente das limitações dessa pesquisa em abarcar diferentes contextos da associação pesquisada, acredita-se ter delineado aqui alguns caminhos para futuras pesquisas que possam ser realizadas, uma vez que, para perceber as dinâmicas das associações agrícolas é necessário, não só compreender as razões para a adesão, mas também a estrutura, bem como as parcerias que cada associação estabelece com outras organizações da sociedade civil. Essa é, certamente, a nossa agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADAM, Yussuf. **Cooperativismo em Moçambique e modificação da relação de produção no período colonial**. Maputo. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. 1986. 130p.

AMMANN, Safira B. **Ideologia do Desenvolvimento Comunitário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. 145p.

BATA, Eduardo J. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais":** efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. 2018. 565 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2018.

CAMPOS, António S. dos. **Associação Agrícola: um guia prático.** 2. ed. DGDR. 1999. 100p.

CANTERLE, Nilsa Maria. **O associativismo e a sua relação com o desenvolvimento.** Beltrão-PR. 2004.

CARRION, Rosinha M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12 (2), p. 237 - 255, nov. 2000.

CHIZZOTTI, António. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 6. ed. Editora Cortês. São Paulo, 2003. 220p.

EGERO, Bertil. **Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia.** Tradução Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Estudos 8, Arquivo Histórico de Moçambique, 1992. 272p.

FERNANDES, Ruben C. **Privado, porém público: o Terceiro Sector na América Latina.** Rio de Janeiro, 1994.

FERRINHO, Homero. **Cooperativas e desenvolvimento rural.** Clássica Editora. 1978.

GIL, António C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. INE. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017,** Maputo, 2019.

JESUS, António T. de. Associativismo, solidariedade e voluntariado, como exercício de cidadania. *In: Forum São Vicente e o futuro.* 2006, Mindelo. p. 1-10.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria A. de. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas. 2005.

MACARINGUE, Ernesto J. **Modernização da agricultura do distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017.** 2018. 313f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2018.

MARTINELLI, Maria L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999. 147 p.

MATOS, Elmer A. C. de, MEDEIROS, Rosa M. V. Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique: que implicações para as comunidades locais. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 9, n.17, p. 599-621, abr. 2014.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. **Constituição da República de Moçambique**, 22 de Dezembro de 2004, publicado no Boletim da República (BR), I Série Nº 51, Maputo, 2004.

_____. Assembleia da República. **Lei nº 8/2003**, de 19 de maio de 2003, publicado no Boletim da República (BR), I Série Nº 20, Maputo, 19 de maio de 2003.

_____. Assembleia Popular. **Constituição da República de Moçambique**. 1990.

_____. Assembleia da República. **Lei nº 8/91**, de 01 de janeiro de 1991, Liberdade de Associação, publicado no Boletim da República (BR) I Série, n. 29, Maputo 01 de janeiro de 1991.

_____. Assembleia da República. **Constituição da República de Moçambique (CRM)**, de 22 de dezembro de 2004, publicado no Boletim da República (BR) I Série, n.51, Maputo 22 de dezembro de 2004.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, nº 38, Dossiê 2017, ISSN: 1806-6755. pp.68-105, 2017.

_____. **A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)**. Lisboa. Jean Piaget. 1999. 520 p.

MUTEMBA, Matheus. **Cooperativas em Moçambique no pós-independência, o caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane**. 70 f. Monografia (Licenciatura em História), Departamento de Historia, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1998.

NARCISO, Vanda, HENRIQUES, Pedro D. S. de. **O papel das mulheres no desenvolvimento rural: uma leitura para Timor-Leste**. CEFAGE-UE, Universidade de Évora. 2008.

PELEGRINI, Djalma F., SHIKI, Simone F. N. de, SHIKI, Shigeo. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Revista Eletrônica de Extensão**, ISSN 1807-0221. Florianópolis, v.12, m.19, p.70 -85, 2015.

RAIJ, Bernardo V. **Avaliação da fertilidade do solo**. 2. ed. Piracicaba: instituto da Potassa e Fosfato. 1983. 142 p.

ROCHA, Aurélio A. N. **Associativismo e Nativismo em Moçambique: o Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)**. 250f. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia histórica) - Faculdade de Ciência Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1991.

SALOMÃO, Madeleine V. Fonseca. **Associativismo e Desenvolvimento Local: O papel das Associações Comunitárias da Ilha de São Nicolau, Cabo Verde**. 2013. 52f. Dissertação (Mestrado em Sociologia – Área de Especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais), Universidade do Minho. Braga, 2013

SAMBO, Book. **Estratégia de Desenvolvimento Rural: Sucessos e Retrocessos**. Maputo: Edição do autor, 2008. 56 p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461p.

SERRA, António M. A. de. **Política agrária e desenvolvimento económico na República Popular de Moçambique, 1975-85**. 345f. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1991.

SITOI, Deizi C. M. S. dos. **As Relações de Gênero e Participação nas Actividades da Associação**, estudo de caso da união de camponeses de Marracuene, 2013. Maputo. 25 p.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução Pedro Caldas. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, 119p.

SOUZA, F. B. de. **Associativismo Rural: uma análise da associação comunitária barra da espingarda em Caicó/RN**. 19f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CAICÓ/ RN, 2006.

VALÁ, Salim C. **Associativismo agrícola e desenvolvimento local no Chokwè, 1975-2000**. Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural. Maputo. 2002. 190p.

VILLELA, Mario H. **A importância do associativismo para a pequena propriedade rural**. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/artigo/1352/a-importancia-do-associativismo-para-a-pequena-propriedade-rural>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

VEIGA, Sandra, M., RECH, Daniel T. **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**. Editora DP & A, 2001.

VAZQUEZ BARQUERO, A. **Política económica local: La respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993. 332p.

Recebido em 30/11/2019.
Aceito para publicação em 10/04/2020.